

## **PAISAGENS SINÉRGICAS PARA AS CONVENÇÕES DO RIO – Nota Conceitual**

### **Plano de Aceleração de Soluções para a COP30 – SBIO/MMA (v4 – 17 nov)**

A relevância das Convenções do Rio e dos esforços internacionais não tem sido suficiente para uma implementação que valorize as sinergias intrínsecas entre elas. Isso caracteriza um cenário em que, em vez de fortalecer a integração, tem-se gerado desconexão, isolamento e competição, inclusive por recursos financeiros, o que acaba por acentuar a fragmentação dos esforços. Buscar sinergia entre iniciativas pode fortalecer a integração e acelerar o alcance das metas acordadas.

O Plano de Aceleração de Soluções proposto pela Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil visa, no contexto das sinergias entre as Convenções do Rio (UNFCCC, CDB e outras convenções globais de biodiversidade, e UNCCD), promover a adoção de abordagens baseadas na gestão integrada de paisagens, impulsionada por uma adesão a um Compromisso Global a ser lançado na COP30.

A promoção da sinergia entre as Convenções do Rio ocorreria especificamente por meio de contribuições para a implementação acelerada das metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF), no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); da implementação do Acordo de Paris, por meio do Marco do Balanço Global (GST), das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e de Estratégias de Adaptação Baseada em Ecossistemas (EbA) da UNFCCC; e da meta de Neutralidade da Degradação da Terra (LDN) da UNCCD.

O núcleo da proposta é estabelecer uma plataforma de cooperação entre países, com foco especial na relação Sul-Sul, resultando em paisagens estratégicas para a implementação sinérgica das Convenções do Rio. Essas paisagens de conectividade e integração devem promover retroalimentações positivas entre políticas públicas e ações para que, pelo menos, 1/3 das metas estabelecidas por cada país para 2030 sejam implementadas sob uma abordagem sinérgica. Esse prazo segue os marcos da CDB, do GBF, da Década da Restauração da ONU e das metas da UNCCD/ODS 15.

Essa abordagem prioriza a definição e a conexão de áreas geográficas estratégicas para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o manejo e a

restauração da vegetação nativa e o controle da degradação da terra. Ela promove adaptação e mitigação às ameaças à biodiversidade, bacias hidrográficas resilientes e a manutenção de territórios sustentáveis, reconhecendo soluções baseadas na natureza e a interdependência entre saúde ecológica, bem-estar humano e segurança climática. Portanto, é uma proposta alinhada à mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, em resposta direta aos desafios da fragmentação de habitats, das emissões de gases de efeito estufa, da perda de serviços ecossistêmicos e da vulnerabilidade humana.

O passo inicial para a implementação do Plano consiste na identificação colaborativa de diretrizes e compromissos que possam ser aplicados a “territórios de intervenção” (paisagens definidas nacionalmente). Os proponentes incluem os países amazônicos, a República Democrática do Congo e a República da Indonésia. Juntos, eles abrigam 52% das florestas tropicais do planeta e já estão unidos pela Cooperação Trilateral sobre Florestas Tropicais e Ação Climática, anunciada na COP27/UNFCCC, que se concentra na conservação, na bioeconomia e em uma agenda financeira climática comum. Os países que integram o G-20 e os BRICS, presididos pelo Brasil em 2024 e 2025, respectivamente, interessados em apoiar financeiramente a meta de 30x30 deste Plano, também podem ser proponentes.

Com uma estratégia gradual, prevê-se que, a partir do lançamento deste Plano na COP30, sua expansão fortaleça iniciativas transfronteiriças na América do Sul e a cooperação Sul-Sul com países lusófonos e com nações de savanas que possuem ecossistemas tropicais e subtropicais. Espera-se, igualmente, o engajamento de governos subnacionais, sociedade civil, iniciativas privadas e empreendedores em esforços de implementação de políticas, captação de recursos financeiros, promoção de intercâmbios e execução de ações com ênfase no estabelecimento, governança e gestão de corredores nacionais sociobioculturais e de conectividade.

Alinhado aos critérios da Agenda de Ação da COP30, o desenho e os futuros detalhes deste Plano baseiam-se no atual Balanço Global (GST), em sua escalabilidade, implementação internacional, foco em ações, continuidade e monitoramento, bem como nas inovações que serão promovidas. Isso reforça a ambição de consolidar o multilateralismo, conectar a ação climática global com a vida real das pessoas e estimular ações e mudanças estruturantes em instituições com capacidade de atuação, configurando-se como uma estratégia concreta para adaptação, mitigação e resiliência climática em grande escala.

Este Plano se justifica, antes de tudo, pela urgência de adoção de medidas de impacto efetivas e pelo reconhecimento de que as soluções baseadas na natureza oferecem as opções mais custo-efetivas para enfrentar as crises da biodiversidade, da mudança do clima e da desertificação. Há o entendimento de que a fragmentação de esforços em países de escala continental, como o Brasil, demanda atenção à sinergia das ações como escolha estratégica. Merecem

destaque a credibilidade e a viabilidade potencial deste Plano, os esforços multilaterais implementados pelos países proponentes e a tradição brasileira como articuladora da cooperação Sul-Sul. Por fim, este Plano de Aceleração fundamenta-se na experiência acumulada do Brasil em gestão integrada de paisagens, com base em uma abordagem integrada que combina ciência, conhecimentos tradicionais e diversas políticas públicas, programas nacionais, projetos em execução e as lições aprendidas desses esforços.

Por meio do engajamento dos países proponentes na coconstrução deste Plano, com ênfase nas diretrizes preliminares necessárias para caracterizar sinergia e adesão, com atenção ao monitoramento contínuo que assegure contabilização real e alinhamento com o ciclo do Balanço Global.